

C. PACHECO CONSTRUÇÕES EIRELI

ILMA. SRA. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE
SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 01/2022
PROCESSO: 3032/2022



C. PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.767.694/0001-85, estabelecida a Rua Professora Maria Emília Pereira Esteves, 72 - Centro - São José do Vale do Preto/RJ, por seu procurador abaixo assinado, vem a presença de V. Sa. Apresentar com fulcro no art.41 e seguinte da Lei 8.666/93 e suas alterações, vem apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA

O edital acima visa contratação de empresa de construção civil para reforma e adequação da nova escola em camboatá (*conclusão do ciep*), no município, com fornecimento de material e mão-de-obra, em conformidade com as especificações contidas nos anexos.

Inobstante a “*observação*” contida após o item 3.1.1.1.17 que afirma quanto dispensa de autenticação em documentos quando se tratar de cópia disponibilizada por intermédio da internet, entende a recorrente que a exigência contida no item, inserido no texto do edital, acaba por trazer inegável contradição, propiciando dúvida interpretação, impugnação entre concorrentes e recursos desnecessários.

Compulsando o referido Edital, verifica-se o item 3.1.1.12, e subitens seguintes, que assim estabelecem:

3.1.1.1.12.1. Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

(...)

3.1.1.1.12.1.2. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- A. Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- B. Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede

Rua Professora Maria Emília Pereira Esteves, 72 - Centro
São José do Vale do Preto/RJ



C. PACHECO CONSTRUÇÕES EIRELI

ou domicílio do licitante. **3.1.1.1.12.1.3.** Sociedade criada no exercício em curso:

A. Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

Verifica-se que os itens acima, trazem a exigência de apresentação de cópia autenticada pela junta comercial, em que pese a singela "observação" inserida ao final do item.

Todavia a exigência contraria lei federal, em especial quanto ao disposto no art. 39-A da Lei nº 8.934/1994, que dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins, e assim estabelece:

Art. 39-A: A autenticação dos documentos de empresas de qualquer porte realizada por meio de sistemas públicos eletrônicos dispensa qualquer outra. (g.n.)

Art. 39-B: A comprovação da autenticação de documentos e da autoria de que trata esta Lei poderá ser realizada por meio eletrônico, na forma do regulamento. (g.n.)

Percebe-se que, da forma como foi redigido, o Edital supra mencionado, traz a exigência de que a autenticação deva ser efetuada pela junta comercial, sem, contudo, informar que aquela autenticação pode ser substituída por recibo eletrônico - SPED.

Através do **SPED - SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL** instituído pelo Ministério da Fazenda, é possível obter o denominado **"Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital"**.

O referido documento tem por base legal o Decreto Federal nº 1.800/1996 que Regulamenta a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

Art. 3º: Os serviços do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins serão exercidos, em todo o território nacional, de maneira uniforme, harmônica e interdependente, pelo Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM, composto pelos seguintes órgãos:

...



C. PACHECO CONSTRUÇÕES EIRELI

II - Juntas Comerciais, com funções executora e administradora dos serviços de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

Importante destacar finalmente que o Decreto Federal 8.683/2016 altera o Decreto 1.800/1996, acrescentando o art. 78-A, com a seguinte determinação:

Art. 1º O Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“ Art. 78-A. A autenticação de livros contábeis das empresas poderá ser feita por meio do Sistema Público de Escrituração Digital - Sped de que trata o Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, mediante a apresentação de escrituração contábil digital.

§ 1º: A autenticação dos livros contábeis digitais será comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo Sped.

§ 2º A autenticação prevista neste artigo dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nos termos do art. 39-A da referida Lei.

Percebe-se que a “observação” lançada às fls. 8 do edital, deveria estar incorporado aos demais itens do Edital, com vistas a evitar dúbia interpretação e eventuais impugnação e recursos, o que pode, em última análise acabar retardando o andamento do certamente licitatório, em patente prejuízo a administração municipal, o que pode ser evitado com simples alteração no texto do Edital.

Assim, serve a presente para impugnar o item 3.1.1.1.12.1.2 A e B, para faça constar naqueles que as autenticações a que se referem os referidos itens poderão ser substituídos na forma do recibo de entrega de escrituração contábil (Sped) na forma do art. 39 da lei 8.934/1994 c/c o Decreto Federal 1.800/1996 e Decretos 8.683/2016 c/c art. 39, 39-A, 39-B da lei 8.934/1994 com alteração da Lei Complementar nº 1.247/2014.

Nestes termos,
Pede e espera o deferimento.

São José do Vale do Rio Preto/RJ, 17 de junho de 2022.


C PACHECO CONSTRUÇÕES EIRELI
Carlos Antônio Miranda Pacheco - Gerente

Rua Professora Maria Emília Pereira Esteves, 72 - Centro
São José do Vale do Preto/RJ

